



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2022

Processo Licitatório nº: 10.749/2022

Processo de Impugnação nº: 17.690/2022

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2022**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição, sob demanda, de GÁS GLP A GRANEL- P-190 PARA ATENDER A DEMANDA DA CLÍNICA DE REPOUSO SANTA LÚCIA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

**IMPUGNANTE: SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA.**

**IMPUGNADO: EDITAL**

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA**, com fulcro na Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestivamente**, contra os termos do **Edital Pregão Eletrônico nº 102/2022**.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

**I. DAS PRELIMINARES**



Comissão de Pregão III

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

A impugnante alega, em síntese, que:

**“O edital e seus anexos não têm previsão de reequilíbrio econômico-financeiro.”**

**“O valor unitário na planilha orçamentária não condiz com a realidade do mercado.”**

**“...não foi informado o real prazo para pagamento.”**

**III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE**

Requer a impugnante:

**“...requer a Vossa Senhoria o conhecimento da presente impugnação ao edital, pois tempestiva de acordo com a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, demais leis federais e decretos sobre licitações, bem como as suas devidas alterações, ou seu conhecimento, com base na nas súmulas 346 e 473 do e. STF, assim como no art. 5º, XXXIV, alínea ‘a’, da Constituição Federal, para no mérito dar-lhe provimento, para fim, considerando a abrangência e impacto que mencionadas alterações terão, sobretudo para aumentar consideravelmente o número de licitantes interessadas no objeto, a Impugnante requer a suspensão do certame para que tais pedidos sejam analisados e as supracitadas alterações sejam realizadas.”**

**IV. DA ANÁLISE**



Comissão de Pregão III

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

*“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”*

Dito isso, passa-se a análise do mérito da impugnação interposta pela empresa **SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA.**

Passamos à análise das alegações da impugnante, concluindo:



Comissão de Pregão III

O Edital do Pregão Eletrônico deixa claro em seu item 08 as condições de revisão de preços, bem como em seu Anexo VII – Minuta de Contrato, cláusula sexta, a previsão de reequilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, II, d, da Lei 8.666/93.

Com relação a alegação de que o valor unitário na planilha orçamentária não condiz com a realidade do mercado, informamos que a pesquisa foi feita com base em preços praticados por órgãos da administração pública e preços de internet, conforme é exigido atualmente pela legislação do Município de Nova Friburgo através do Decreto Municipal nº 169/2017 e Instrução Normativa 073/2020 do Ministério da Economia e a Súmula nº 02 do TCE-RJ. Além disso, a pesquisa de mercado utilizada (elaborada em maio de 2022) está compreendida no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório conforme determina a jurisprudência.

E por último, com relação a alegação de que não foi informado o real prazo para pagamento, conforme Decreto Municipal nº 258, 27 de setembro de 2018:

**Art. 2º O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado:**

**Inc. II - trinta dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura para os demais casos.**

**V. DA DECISÃO DA PREGOEIRA**

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da impugnação interposta pela empresa **SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 102/2022, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do Edital em comento.



Comissão de Pregão III

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 08 de julho de 2022.

Eliza Souza Machado  
Pregoeira – Comissão de Pregão III  
Matrícula: 106.380